



MEMÓRIA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021

Aos seis dias do mês de agosto de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 43ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Ministério Público do Trabalho – MPT; e Ministério Público Federal – MPF. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Também, manifestou solidariedade face às perdas em consequência da COVID-19. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação das Atas da 42ª Reunião Ordinária e das 3ª e 4ª Reuniões Extraordinárias, que tiveram anuência plena. Após, passou para o primeiro item da pauta: adesão do Governo do Estado do Paraná ao e-Prevenção. Explanou sobre a cerimônia de adesão do Estado do Paraná, realizada em 27 de julho de 2021, e sobre a possibilidade de expansão aos Municípios paranaenses e entidades do Sistema S. Complementarmente, indagou sobre quais as possíveis estratégias para os órgãos federais com representação no Paraná.

José William Gomes da Silva (CGU) e Francisco Bignardi (RFB) relataram que a prestação de informações sobre o preenchimento será centralizada, tendo em vista que o plano utilizado pelas regionais é o mesmo em todo o país.

Daniele Talamini (AGU) informou que a pauta está em trâmite interno.

Luciano Cassio de Souza (TCU) apresentou a tabela de percentual de adesão e conclusão do preenchimento do e-Prevenção nas esferas federal, estadual e municipal. Aproveitou o ensejo e esclareceu que o sistema já faz o filtro para os órgãos federais, em que as principais questões são centralizadas, sendo algumas direcionadas às regionais.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) questionou sobre o enquadramento dado ao Ministério Público no e-Prevenção.

Luciano Cassio de Souza (TCU) mencionou que o sistema está em fase de ajustes e que a indagação seria repassada aos setores responsáveis.

Maurício Kalache (MPPR) reforçou que o programa adota as melhores práticas internacionais de controle preventivo. Também, externou a preocupação em relação à resistência pelas universidades estaduais e pontou como relevante a realização de uma reunião com as autoridades máximas das instituições de ensino para que entendam sua posição na estrutura pública. Por fim, informou que serão encaminhados a todos os integrantes da Rede os exemplares dos questionários direcionados a cada um dos Poderes.

Hillene de Cássia Sbalqueiro Silva Meira (TRE/PR) relatou que as informações para o preenchimento do formulário do e-Prevenção estão sendo levantadas internamente. Além disso, colocou-se à disposição para providenciar o contato com o Presidente do Tribunal de Justiça.

Não havendo mais manifestações sobre o tema, **Maurício Kalache (MPPR)** passou a tratar sobre a gestão patrimonial dos servidores e de como a evolução do patrimônio pode ser considerada como um tópico importante na prevenção da corrupção. Destacou que é humanamente impossível realizar a verificação de todos os documentos manualmente, razão pela qual em muitos casos os comprovantes de imposto de renda encaminhados anualmente pelos servidores às corregedorias dos respectivos órgãos não são efetivamente analisados. Diante da relevância do tema, pediu que a Controladoria-Geral da União apresentasse como é feita a sindicância patrimonial.

José William Gomes da Silva (CGU) convidou **Caetano Lara (CGU)**, Auditor Federal de Finanças e Controle, para realizar uma breve apresentação sobre como é realizada a sindicância no âmbito da Controladoria-Geral da União.

Caetano Lara (CGU), antes de adentrar na apresentação, falou do curso técnico de sindicância patrimonial que a Controladoria-Geral da União oferta, de forma presencial, mas que, devido à pandemia, está temporariamente suspenso. Na apresentação foram abordados os seguintes tópicos: (i) as motivações para a lavagem de dinheiro e corrupção; (ii) o rito de apuração dos indícios; (iii) os fundamentos jurídicos; (iv) o cruzamento dos dados; entre outros. Por fim, convidou a todos para participarem da Rede de Correição.

Maurício Kalache (MPPR) acredita que a metodologia da sindicância patrimonial atende aos princípios da imparcialidade. No entanto, indagou sobre a comprovação do enriquecimento ilícito.

Caetano Lara (CGU) reforçou que a apresentação foi sucinta e que os indícios identificados, em geral, são fortes. Além disso, o índice de reintegração nas sindicâncias é muito baixo, o que também demonstra a efetividade da ação.

Maurício Kalache (MPPR) externou a ideia de disponibilizar um curso de forma presencial no Paraná, respeitando todas as recomendações sanitárias em razão da COVID-19, e de verificar a possibilidade de compartilhamento do software utilizado pela Controladoria-Geral da União.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) aproveitou a oportunidade para falar do Acordo de Cooperação, a ser firmado pela Controladoria-Geral do Estado e a Controladoria-Geral do Município de São Paulo, visando o compartilhamento e intercâmbio de informações e conhecimentos técnicos do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Município de São Paulo – SISPATRI. Informou que está em fase de homologação na CELEPAR e, na sequência, será elaborada minuta de lei ou decreto para normatizar a ação no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Bruno Sérgio Galati (MPPR) mencionou que acredita ser interessante o fornecimento do sistema para todos os órgãos.

Maurício Kalache (MPPR) complementou que seria interessante confrontar o sistema da CGU e o sistema envolvido no Acordo de Cooperação Técnica da CGE/PR,

considerando que a CGU customizou o sistema utilizado pela Controladoria-Geral do Município de São Paulo.

Francisco Bignardi (RFB) disse que consultaria o setor de corregedoria para verificar as possíveis contribuições da Receita Federal.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a apresentação de Caetano Lara (CGU) e, não havendo mais manifestações sobre o tema, passou ao próximo item da pauta: relato das comissões.

Conrado Fernando Scharmme (CGE/PR) relatou que na última reunião da Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência foi realizada uma apresentação sobre a LGPD com a Procuradoria-Geral do Estado. Ademais, que ainda não há pauta definida para o próximo encontro.

Leonardo Dumke Busatto (MPPR) afirmou que Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social está acompanhando a adesão dos entes ao e-Prevenção.

Maurício Kalache (MPPR) informou sobre o debate a respeito dos consórcios públicos realizado no âmbito da Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa.

José William Gomes da Silva (CGU) acrescentou que verificará a possibilidade de compartilhamento das ferramentas com a Rede.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) reforçou o convite para o lançamento nacional da Força Tarefa Cidadã – Compromisso pela Transparência Pública, que ocorrerá no dia 12 de agosto de 2021, em que os municípios terão a oportunidade de fazer uma pré-avaliação e depois serão submetidos à avaliação do controle social. Por fim, informou que replicará o convite para a publicidade do evento.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Reunião com as universidades.	Maurício Kalache Raul Siqueira	-
2	Envio dos exemplares dos formulários do e-Prevenção para os integrantes da Rede.	Maurício Kalache	-